



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6781

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 26/06/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 193/2007. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros e firmar convênio com o Montes Claros Tênis Clube - MCTC (Praça de Esportes), em apoio ao Futsal.

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 75 **Número de folhas:** 06

Especie: PL

Categoria: Repasse de recursos

U: 21.1

Ordem: 75

nº fls: 04



87/2007

05.07.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 193 /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar
Convênio com o Montes Claros Tênis Clube – MCTC..**

MOVIMENTO

Entrada em – 26/06/2007

Comissão de Finança Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - *Aprovado em Regime de Urgência*
- 3 - *em 05.07.2007.*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI **193** / 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E FIRMAR CONVÊNIO COM O MONTES CLAROS TÊNIS CLUBE - MCTC.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, autorizado a repassar recursos financeiros e firmar convênio com o Montes Claros Tênis Clube - MCTC, na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), através da seguinte dotação orçamentária:

dotação orçamentária: 10.07-27.812.0038.4015-335041

valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Parágrafo único. O repasse de que trata o *caput* deste artigo visa custear e manter as atividades de apoio ao Futsal do Município e região Norte Mineira.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros (MG), 25 de junho de 2.007.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 26 DE ABRIL DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 05 DE ABRIL DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 25 de junho de 2007

Ofício nº: PJ/057/2007

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o repasse de recursos ao Montes Claros Tênis Clube - MCTC.

Esclarecemos que a referida Lei é de suma importância para atender as crianças e jovens do Município e região norte mineira, oferecendo-lhes o esporte de competição como meio de resgate e melhoria na qualidade de vida.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Athos Avelino Pereira

Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 193/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros e firmar convênio com o Montes Claros Tênis Clube - MCTC.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A iniciativa de projetos que versem sobre matéria orçamentária é do Executivo Municipal, o mesmo se dizendo em relação à celebração de convênios com o repasse de recursos financeiros, ressaltando-se que, pelo projeto em comento, já existe dotação orçamentária própria.

Também não se vislumbra nenhuma ilegalidade no objetivo do referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de junho de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 193/2007

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com a Montes Claros Tênis Clube- MCTC

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Executivo Municipal, "Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com a Montes Claros Tênis Clube- MCTC

A proposição foi distribuída à Comissão em 26/06/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/06/2007.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, emitir parecer sobre matéria de sua competência.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto trata de matéria que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros na importância de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** e firmar Convênio com a Montes Claros Tênis Clube – MCTC .

De acordo com o parágrafo único do Art. 1º da proposição, o repasse visa custear e manter as atividades de apoio ao Futsal do Município e da região Norte Mineira.

Nos termos da Lei Orgânica, compete ao Poder Executivo promover repasses financeiros, com a indicação das respectivas dotações orçamentárias, bem como, firmar convênios com entidades.

Desta forma segue a conclusão:

III – CONCLUSÃO

Como ao Município compete legislar sobre assuntos de interesse local visando o bem estar de sua população, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2007.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Ademar de Barros Bicalho

Relator: Ver. Antônio Silveira de Sá